



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**PAUTA
PARA A 94ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 17 DE NOVEMBRO DE 2020**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

Projeto de lei nº 680, de 2020, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a Associação Nova Evangelização, com sede em Franca.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 31, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Altera os incisos III e IV e acrescenta o § 9º ao artigo 8º da Lei Complementar nº 1.012, de 5 de julho de 2007.

2 - Projeto de lei nº 678, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Institui o "Dia Estadual de Luta pela Liberdade".

3 - Projeto de decreto legislativo nº 40, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Susta os efeitos do Decreto nº 65.021, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 673, de 2020, de autoria do deputado Castello Branco. Institui o Plano de Atenção Educacional Especializado - PAE para os alunos diagnosticados com transtornos específicos de aprendizagem (dislexia, disgrafia e discalculia) nas instituições de ensino públicas e particulares.

2 - Projeto de lei nº 674, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Obriga os estabelecimentos comerciais do ramo alimentício a

informar a substituição de queijo e/ou outros lácteos por produtos análogos.

3 - Projeto de lei nº 675, de 2020, de autoria do deputado Major Mecca. Institui o Programa de Adicional Universitário ou Técnico Profissional para integrantes das polícias Militar, Civil e Técnico-Científica do Estado.

4 - Projeto de lei nº 676, de 2020, de autoria do deputado Major Mecca. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sete Barras - APAE, com sede naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 677, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Denomina "Vereador Marcus de Rosis" a ponte localizada no km 65 da Rodovia Anchieta - SP 150, em Santos.

6 - Moção nº 184, de 2020, de autoria da deputada Leci Brandão. Repudia a prática antissindical da Editora Abril ao rescindir a liberação remunerada do Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo - SJSP, determinada em acordo coletivo.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 29, de 2020, de autoria da deputada Adriana Borgo. Altera a Lei Complementar nº 1.247, de 27 de junho de 2014, que institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário - DEJEP aos integrantes da carreira de Agente de Segurança Penitenciária em exercício na Secretaria da Administração Penitenciária.

2 - Projeto de lei Complementar nº 30, de 2020, de autoria da deputada Adriana Borgo. Inclui o Quadro Auxiliar de Sargento da Polícia Militar - QASGTPM na Lei Complementar nº 1.224, de 13 de dezembro de 2013, e estabelece nova sistemática de acesso ao Quadro de Sargento PM.

3 - Projeto de lei nº 672, de 2020, de autoria da deputada Janaina Paschoal. Denomina "Dr. Hélio Pereira Bicudo" o Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes, naquele Município.

5ª Sessão

Moção nº 183, de 2020, de autoria do deputado Tenente Nascimento. Aplauda a notável trajetória do Pastor Alcides Fávoro, presidente da Assembleia de Deus Ministério Ipiranga e do COMOESPO, que completou 50 anos de pastorado de forma ininterrupta, digna, honrosa e atuante.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 679, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo, nos termos do artigo 19, inciso II, da Constituição do Estado de São Paulo, a celebrar termo aditivo ao contrato firmado com a União ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para estabelecimento das alterações autorizadas pela Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.